

O MULTIPARTIDARISMO É UM DESAFIO A TODOS OS CIDADÃOS MOÇAMBICANOS



— Presidente Chissano na hora da entrada em vigor da nova Constituição da República de Moçambique

O Presidente Joaquim Chissano defendeu, quinta-feira, que o multipartidarismo é um desafio que não se põe apenas ao Partido Frelimo e às forças que abertamente virão a actuar no xadrez político nacional, mas igualmente a cada cidadão da República de Moçambique.

"Dizemos um desafio porque o multipartidarismo nas circunstâncias de Moçambique não é sem perigos. Mas são perigos que temos que saber enfrentar e vencer".

Chissano fez aquela declaração no acto introdutório da conferência de imprensa que ao fim da tarde

por Salomão Moyana

daquele dia concedeu, no seu gabinete, a jornalistas nacionais e estrangeiros por ocasião da entrada em vigor da nova Constituição da República, recentemente aprovada pela 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Popular.

O Chefe do Estado indicou que durante os debates do anteprojecto da revisão da Constituição, em que tomaram parte mais de três milhões de moçambicanos, a maioria do povo pronunciou-se pela manutenção do sistema político de Partido único. "Mas surgiram também fortes cor-

rentes de opiniões favoráveis à introdução do multipartidarismo, sobretudo nas cidades".

"Fomos capazes de conciliar o respeito pelas ideias, pontos de vista e posições de cada um e de todos, muitas vezes diferentes e díspares. Conseguimo-lo através da compreensão, da tolerância, da vontade de abertura, da criatividade, da inovação".

Chissano avançou que "temos de ser capazes de viver uns com os outros, mesmo quando somos diferentes, e de aceitarmos discordar uns dos outros, mas encontrando sempre formas adequadas de discussão democrática no espírito de tolerância recíproca entre patriotas".

Mais adiante, o Presidente da República considerou que a opção pelo multipartidarismo corresponde à necessidade de imprimir uma nova dinâmica no processo político, que permita dar a grupos políticos organizados de cidadãos uma maior liberdade de expressão política e opções de livre escolha dos seus representantes aos órgãos do Poder.

"Esperamos que a conjugação dos esforços dos partidos políticos com orientações diferentes imprima também o dinamismo necessário ao desenvolvimento económico e social, bem como à solução dos problemas mais graves que a nação moçambicana enfrenta. Democracia é também a libertação de energias físicas e intelectuais para maior engajamento nas múltiplas tarefas da reconstrução nacional", apontou o Presidente, juntando que com a introdução do multipartidarismo ao lado das garantias de liberdades e direitos dos cidadãos, "afasta-se qualquer pretexto de inibição à apresentação de pontos de vista



que contribuam para a solução de problemas ou para a correcção de erros ou eliminação de abusos".

Para Joaquim Chissano, o facto de o Partido Frelimo ter sido o impulsor das mudanças é mais uma demonstração do seu "profundo respeito pelos anseios legítimos do povo moçambicano".

"Cabe ao Partido Frelimo, nesta

fase, continuar a lutar para que o futuro cenário político de Moçambique seja realizado num espaço onde não exista o conflito mas sim o debate, onde não exista a construção mas sim a liberdade, onde não exista a violência mas sim a paz", disse o Presidente Chissano, enfatizando que com a entra-



da em vigor da nova Constituição estão integralmente criadas as condições para que todos os cidadãos moçambicanos possam mais livremente exprimir perante a nação inteira as suas ideias e as suas propostas de desenvolvimento, justiça e bem-estar.

Ainda segundo o Chefe do Estado, o povo está em condições de livremente optar pelas alternativas que melhor respondam às suas aspirações, alterando democraticamente a ordem política e social estabelecida sempre que tal corresponda à vontade da maioria.

"No nosso país não há mais espaço para a violência política, e daqui renovo o apelo para que a Renamo aceite a ordem democrática e participe, activamente e em paz, na edificação do novo Moçambique, facilitando ao nosso povo as suas propostas políticas, económicas e sociais", disse.

Declarou que a força e a ameaça da força não podem "continuar a ser instrumentos políticos em Mo-

çambique. É preciso excluir por completo o uso da força, para iniciar o tão almejado processo de paz no nosso país".

O Presidente da República reiterou que o futuro de paz que se pretende construir em Moçambique exige um clima de harmonia e conciliação, de liberdade e respeito absoluto pelos direitos dos cida-

A RENAMO terá que participar na vida democrática do país

Um jornalista colocou ao Presidente Chissano a questão de que a Renamo teria dito à imprensa estrangeira que rejeitava a nova Constituição. O Presidente comentou:

— A Renamo ainda não nos disse isso. Não nos disse na mesa das conversações o que rejeita em matéria de assuntos políticos, porque ainda não entramos nas conversações sobre assuntos políticos. Posso dizer que ainda estamos nos preliminares das conversações. Mas, se a Renamo for a dizer que rejeita esta Constituição, pode corresponder a dizer que nem sequer começámos o diálogo, pois que está a conversar com o Governo da República Popular de Moçambique.

Seria a mesma coisa que se nós dissessemos que rejeitamos a existência da Renamo. Em segundo lugar, é preciso que a Renamo saiba que participaram no debate desta Constituição nada menos que 3 milhões de moçambicanos. É preciso que a Renamo saiba que até individualidades de renome estrangeiras participaram com ideias, com apreciações para que esta discussão fosse um sucesso. Lembremo-nos de vários seminários em que participaram juristas de vários quadrantes que se interessaram pelo processo e que no fim do processo receberam congratulações dos mais variados quadrantes do mundo, do nosso povo. Foram feitas em todas as províncias em apoio a esta Constituição. Portanto, a Renamo se disser que não concorda com a Constituição, quer dizer que não concorda com os milhões de moçambicanos que participaram na elaboração desta Constituição. Não concorda com

dãos, "exige a participação de todos. É nesse sentido que se orienta a nova Constituição", concluiu.

Depois da declaração, o Chefe do Estado moçambicano pôs-se à disposição das dezenas de jornalistas ali presentes para responder a questões que os profissionais entendessem colocar-lhe, na sequência do que acabara de dizer.

os 300 mil moçambicanos que tomaram palavra efectivamente, pronunciando-se acerca desta Constituição. A Renamo foi-lhe dada uma oportunidade para se pronunciar e, aliás, devo dizer que por um incidente agradável, numa das ocasiões em que falávamos da Constituição entre moçambicanos, estiveram presentes dois dirigentes da Renamo, a saber, indivíduos que se encontravam nos Estados Unidos na altura em que conversávamos sobre a Constituição com outros moçambicanos. Expressaram-se algumas opiniões, tomaram alguns exemplares do anteprojecto e até conversámos com eles.

Portanto, a Renamo teve tempo mais que suficiente para também se pronunciar sobre a Constituição na ocasião dos debates. Portanto, a Renamo terá que fazer uma coisa muito simples: é participar na vida democrática do país, conseguir os lugares que lhe possam caber na Assembleia da República e aí poderá discutir todas as leis e até, eventualmente, conseguir as mudanças que pretende na Constituição. Portanto, tem tempo para o fazer. Não podemos fazer para a vida em Moçambique à espera da Renamo, para que a Renamo venha dizer o que é que se deve fazer em matéria de Lei da República de Moçambique. Quando ela criar condições de participar, ela participará e estará livre de expressar-se amplamente sobre todas as questões e se lograr poderá fazer mudar a Constituição. Todos os partidos poderão fazer isso. A própria Frelimo se amanhã verificar que a Constituição não se condiz com as actuais condições poderá fazer propostas. Portanto, não chegámos ao fim do mundo.



AS FORÇAS ARMADAS SÃO DO ESTADO

Um jornalista perguntou ao Presidente Chissano se com a introdução do multipartidarismo em Moçambique as Forças Armadas continuariam ou não a ser dirigidas pelo Estado.

O Presidente respondeu da seguinte forma: — Há um grande equívoco. Na República Popular de Moçambique existem Forças Armadas que são nacionais. Não é segredo para ninguém que o ingresso nas Forças Armadas faz-se através do Serviço Militar Obrigatório neste momento, que deve ser cumprido por todo o moçambicano, independentemente da sua ideologia, da sua filiação política. Portanto, as Forças Armadas de Moçambique, a Polícia e mesmo as Forças de Segurança não são partidárias, não são da Frelimo. Se obedeciam à Frelimo, como todas as outras actividades, era na base de que em Moçambique só existia um partido. E sobretudo na base de que o núcleo que criou as Forças Armadas foi o mesmo dos homens que lutaram pela libertação do país e

que asseguraram a proclamação da independência e defenderam as suas fronteiras contra os ataques que se seguiram imediatamente após a proclamação da independência, provenientes do exterior. Mas as nossas Forças Armadas, Forças de Defesa e Segurança, são forças nacionais. A Constituição, prevendo, portanto, a possibilidade da criação de outros partidos, de outras forças políticas, já respondeu a qualquer das preocupações que pudessem surgir, por exemplo, tomou claro que o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique é o Presidente da República, o que significa que hoje ou pelo menos a partir do dia 30, qualquer que seja o Presidente será Comandante-Chefe das Forças Armadas, o que significa que após as eleições será Comandante-Chefe o Presidente que for eleito e não será o Presidente da Frelimo. É verdade que em qualquer país para lugares de responsabilidade o Governo nomeia pessoas que são da sua confiança, por isso

também na direcção das Forças Armadas foram nomeados até agora os que eram da confiança do Governo e esse Governo era o Governo da Frelimo. Assim seguirá sempre. Estou certo que hoje a confiança a que nos referimos será baseada no patriotismo e será baseada na lealdade à Constituição e no amor ao povo e não terá considerações de ordem ideológica. Assim que, mesmo sendo Presidente da Frelimo, não hesitaria em ter nas fileiras dos oficiais das Forças Armadas elementos que tivessem simpatias por outros partidos. Evidentemente que no seio das Forças Armadas haverá que se definir um novo tipo de trabalho. Não podemos fazer directamente trabalho partidário no seio das Forças Armadas porque senão seriam todos os partidos a fazerem o trabalho partidário no seio das Forças Armadas e a darem ordens diferentes por dentro. Isso não será permitido, nem à própria Frelimo, nem a um outro partido qualquer que venha a ganhar as eleições. O nosso exército será um exército nacional, as nossas Forças Armadas serão Forças Armadas nacionais, onde todo o cidadão poderá participar dentro dos mesmos critérios.